

## APRESENTAÇÃO

Em setembro de 2005, foram realizadas, na PUCRS, em Porto Alegre, as XIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, cujo tema geral foi *Religião, poder e política: novos atores e contextos na América Latina*. Este número de *Ciencias Sociales y Religión / Ciências Sociais e Religião* contém 9 artigos, sendo sete deles selecionados pelos coordenadores de Mesas-redondas e Grupos de Trabalho das XIII Jornadas, além de uma conferência e do trabalho premiado no Concurso de monografias “Religión, poder y política”, promovido pela Associação de Cientistas Sociais da Religião do Mercosul.

Os textos deste volume apresentam forte unidade temática, uma vez que todos, não obstante os distintos objetos empíricos e abordagens teóricas, discorrem, em maior ou menor medida, sobre o tema central das XIII Jornadas. Sem pretender articulá-los, segue uma pequena síntese de cada um deles.

Com base em pesquisas empíricas realizadas em Buenos Aires, María Julia Carozzi analisa quatro tipos de articulação entre religiões não controladas por especialistas religiosos – isto é, sem organização, doutrina e hierarquia formais – e movimentos sociais. Mostra formas de influência mútua entre grupos religiosos e movimentos sociais, assinalando que, se há religiões que se apropriam da retórica de movimentos sociais, estes se valem igualmente do imaginário religioso, de estruturas de comunicação, de recursos, de estratégias e de retóricas de matriz religiosa para arregimentar e mobilizar seus potenciais membros. Num dos casos analisados, um grupo religioso se transmuta num movimento por justiça e emprega técnicas de protesto social de aparência religiosa, conseguindo, depois de anos, intervir no sistema judicial e na atividade policial e obter a renúncia do governador. Noutro caso, diante da ameaça de repressão ditatorial, um movimento social recorre, estrategicamente, à sobrenaturalização de seus ideais revolucionários como mecanismo de defesa e sobrevivência de seu ativismo. Por fim, aponta as semelhanças organizacionais de religiões e movimentos sociais dotados de bases sociais similares.

Enzo Pace investiga a emergência de novos atores sócio-religiosos engajados na luta contra a separação jurídica entre Igreja e Estado e a autonomia da política. Avalia que esses grupos religiosos, filiados às ou derivados de distintas tradições religiosas (cristã, islâmica, judaica, hindu), sustentam uma perspectiva neopuritana e visam purificar o poder político secular por meio da observância rigorosa de virtudes morais e da “absolutização” de sua verdade religiosa. Instrumentalizados por grupos, movimentos, instituições e líderes políticos conservadores, disseminam-se, sobretudo, em contextos de violência, injustiça e pessimismo, que reforçam sua crença na pecaminosidade do mundo e da política. Sua luta para solapar as fronteiras legais e institucionais estabelecidas na modernidade entre religião e política, na opinião de Pace, põe em risco a democracia e acarreta uma série de conflitos de valor relativos, como, por exemplo, os relativos ao aborto, ao uso do véu em escolas públicas.

Patrícia Birman investiga a relação de uma comunidade pentecostal da Assembléia de Deus – que há três gerações domina a vila de pescadores de Provetá, na Ilha Grande – com o território geográfico, a política, a mídia e os turistas. Em conformidade com as mudanças processadas recentemente no pentecostalismo nacional, a comunidade assembleiana, a despeito de seu sectarismo, incorporou a música gospel e certos discursos e imagens midiáticos para construir suas fronteiras identitárias (em nível local e nacional), reafirmar sua singularidade religiosa, reforçar seu senso de pertencimento comunitário e atestar sua salvação.

Marjo de Theije analisa a relação entre religião e espaço urbano em Recife. Destaca a concomitância dos processos de urbanização e diversificação religiosa e a visibilidade pública das edificações religiosas na capital pernambucana. Apresenta alguns casos empíricos, exemplificando como a construção de identidades sociais e a competição religiosa baseiam-se na apropriação territorial e na demarcação simbólica do espaço urbano.

Pierre Sanchis mostra que a peregrinação constitui quase uma espécie de “anti-romaria”, porque regulada pela autoridade eclesíastica em detrimento do caráter autônomo das velhas romarias frente aos ordenamentos sacerdotais. A peregrinação resulta da tensão, do “encontro e fricção criativa” entre a tradicional dimensão festiva das romarias e os anseios de ordenação eclesíastica, em meio a sucessivas tentativas de “re Cristianização” e de enquadramento institucional. Na análise da “estrutura romeira”, consi-

dera igualmente sua relação com a demarcação jurídica e simbólica do espaço, o poder político, a dimensão econômica e o turismo religioso.

Com base num amplo survey com estudantes secundários da rede pública de Minas Gerais, Fátima Regina Tavares e Marcelo Camurça apresentam diversos dados quantitativos sobre jovens e religião no estado mineiro. Confirmam a imensa hegemonia do catolicismo nas cidades menores e constataam que sua perda de adeptos cresce à medida que aumenta o tamanho da população. Verificam que, no caso católico, a família influi majoritariamente na opção religiosa dos filhos, mantendo-se como a mais importante fonte de transmissão religiosa, enquanto que, nos demais grupos religiosos, os “motivos pessoais” constituem a principal influência na adesão, secundada pelos “pais”. Em ordem decrescente, família, escola e trabalho são as instituições sociais mais positivamente valorizadas pelos jovens mineiros, independentemente de sua religião. Da mesma forma, suas crenças mágico-religiosas extrapolam as fronteiras organizacionais e simbólicas.

Norbert Foerster mostra que, em contraste com a maioria das igrejas pentecostais no Brasil, a Congregação Cristã no Brasil mantém-se secreta, ascética e deliberadamente afastada da política partidária, dos meios de comunicação de massa e das estratégias publicitárias. Seu poder gerontocrático é legitimado pela “manifestação” do Espírito Santo e, sobretudo, pela tradição, que justifica igualmente a dominação masculina e a exclusão feminina da hierarquia.

Baseados numa pesquisa empírica na região da Leopoldina – área do Rio de Janeiro de baixa renda e com altos índices de criminalidade –, Victor Vincent Valla, Maria Beatriz Guimarães e Alda Lacerda identificam semelhanças entre o trabalho de pastores presbiterianos que assistem à saúde de seus fiéis e o dos agentes comunitários de saúde. Em contraste com o modelo hegemônico de prestação de serviços de saúde nos hospitais públicos e privados, pastores e agentes comunitários convivem com a comunidade à qual prestam atendimento, visitam regularmente a casa de sua clientela, estabelecem vínculos pessoais e relações acolhedoras e de confiança, prestam apoio emocional, fortalecem sua auto-estima e os conectam a redes de solidariedade.

Carini Catón Eduardo analisa os dispositivos discursivos e as estratégias rituais de legitimação que sustentam e estruturam as relações de poder, a autoridade e a hierarquia num grupo zen-budista argentino. Para

tanto, compara o grupo zen-budista local e o movimento de Nova Era, realçando suas semelhanças e diferenças. Em linha de continuidade com a Nova Era, o grupo zen-budista valoriza a natureza, crê na existência de uma perfeição humana interior e propõe a transformação espiritual (por meio da meditação) como motor da mudança social. As principais distinções entre ambos, a seu ver, repousam na manutenção de uma rígida hierarquia, na ênfase na pertença institucional e na centralização do poder pelo mestre zen, tratado como patriarca da linhagem de Buda.

Organizador convidado

*Ricardo Mariano*